



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO		APROVADO (A) VAI AO EXPEDIENTE Em 23/11/2011 1º Secretário Nº 31/11
		REQUERIMENTO
AUTOR : Deputado JAQUES TESTONI		
<p>"Recurso contra Parecer Terminativo nº 166/2011 ao Projeto de Lei Complementar nº 032/2011 que 'Estabelece requisitos mínimos para a criação de estâncias no Estado de Rondônia', da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação."</p> <p>O Deputado que o presente subscreve, na forma do Parágrafo único do artigo 28-A, do Regimento Interno desta Casa, interpõe recurso contra o Parecer Terminativo nº 166/2011, ao Projeto de Lei Complementar nº 032/2011 que "Estabelece requisitos mínimos para a criação de estâncias no Estado de Rondônia", de autoria da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.</p> <p>Senhores Deputados.</p> <p>Venho à presença de Vossas Excelências solicitar que seja Rejeitado Parecer terminativo nº 166/2011, da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, que aprovou Parecer Contrário emitido pelo ilustre Deputado Lebrão, no que concerne ao Projeto de Lei Complementar nº 032/2011, de autoria deste Deputado, que "Estabelece requisitos mínimos para a criação de estâncias no Estado de Rondônia." e conseqüentemente volte a tramitação normal, Conforme argumentações seguintes:</p> <p>1. No Parecer emitido pelo ilustre Deputado Lebrão, mui digno membro da Comissão de Justiça e de Redação, <u>não se verificou nenhum óbice legal que substancie seu Parecer pelo arquivamento da referida Propositura</u>. As justificativas e preceitos legais alegados pelo ilustre Deputado Lebrão, o qual objetivou Parecer Contrário nº 166/2011, da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pelo arquivamento de minha propositura</p>		



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO	REQUERIMENTO	Nº
AUTOR : Deputado JAQUES TESTONI		
<p>tem como base o artigo 11 da Lei Complementar nº 236/2000 que diz: "Art. 11. <i>disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observadas, para esse propósito, as seguintes normas:</i>". Ora Senhores Deputados toda a elaboração e redação do Projeto de Lei Complementar nº 032/2011 de minha autoria atendem as disposições contidas na Lei Complementar nº 236/2000, não ferindo nenhum de seus preceitos o que Vossas Excelências podem muito bem anuir ao verificar no conteúdo do mesmo. Ademais a referida alegação não apontou nenhum artigo, parágrafo ou mesmo sequer um inciso que não está em conformidade com a Lei Complementar nº 236/2000.</p> <p>Senhores Deputados o Projeto de Lei Complementar nº 032/2011, atende todos os quesitos quando da elaboração de qualquer lei, principalmente no que concerne a obtenção de clareza: os quais usamos palavra e expressões em sentido comum; usamos quanto ao quesito técnico nomenclatura própria; usamos também frases curtas e concisas; construímos as orações na ordem direta, evitando preciosismo, neologismo; buscamos a uniformidade do tempo verbal em todo o texto das normas legais; usamos os recursos de pontuação de forma judiciosa, evitando os abusos de caráter estilístico. Com relação à precisão: articulamos a linguagem, técnica ou comum, de modo a ensejar perfeita compreensão do objetivo de nosso Projeto de Lei e a permitir que seu texto evidencie-se com clareza o conteúdo; expressamos a idéia, quando repetida no texto, por meio das mesmas palavras, evitando o emprego de sinonímia com propósito meramente estilístico; evitamos o emprego de expressão ou palavra que confira duplo sentido ao texto; escolhemos termos que tenham o mesmo sentido e significado na maior parte do</p>		

Euclides Maciel
Deputado Estadual
PRD

Dr. Raimundo Araújo
Deputado Estadual

Deputado Estadual
José Euripedes Clemente
"Lebrão"

Deputado Estadual
Aldemir Ribeiro
ALE/RO

Deputado Estadual
Folador
DEM

Edson Martins de Paula
Deputado Estadual

Juliano Pires
Deputado Estadual - PSB

Ademir Coelho
Deputado Estadual - PSD
1º Vice Presidente - ALE/RO



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO	REQUERIMENTO	Nº
AUTOR : Deputado JAQUES TESTONI		
<p>território nacional, evitamos o uso de expressões locais ou regionais, bem como vocábulos estrangeiros; usamos apenas siglas consagradas pelo uso, observado o princípio de que a primeira referência no texto seja acompanhada de explicação de seu significado. Com relação à ordem lógica: restringimos o conteúdo de cada artigo da lei a um único assunto ou princípio; expressamos por meio dos parágrafos os aspectos complementares à norma anunciada no "caput" do artigo e as exceções à regra por este estabelecida; promovemos as discriminações e enumerações por meio de incisos, alíneas e itens. O que observamos que cumpriu todos os pré-requisitos para um bom Projeto de Lei, atendendo todo o artigo 11, da Lei Complementar nº 236/2000.</p> <p>2. Quanto "ao levantamento prévio e a real situação do Estado.." solicitado no alegado parecer emitido pelo ilustre Deputado Lebrão, o qual objetivou Parecer Contrário nº 116/2011 da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pelo arquivamento de minha propositura está bem claro que para <u>instalação, implantação ou transformação em estâncias de qualquer município</u> de nosso Estado cabe a SETUR realizá-los quando da emissão de <u>Parecer Técnico de Certificação</u> que claro, evidentemente, será planejado em visitas aos municípios que forem objeto de lei para criação de suas estâncias turísticas, hidrominerais, climáticas e balneárias. Isso está escrito conforme preceitua o art. 1º de nosso Projeto de Lei Complementar: "Art. 1º - A criação de estâncias de qualquer natureza, nos termos do § 3º, do artigo 6º da Constituição Estadual, <u>dependerá de parecer técnico de certificação emitido pela Superintendência Estadual de Turismo - SETUR, e do voto favorável da maioria absoluta da Assembleia Legislativa.</u>" Grifo nosso.</p>		



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO	REQUERIMENTO	Nº
AUTOR : Deputado JAQUES TESTONI		
<p>3. Nobres Deputados este Deputado não foi procurado pelo Deputado Lebrão relator do Projeto e por nenhum membro da referida Comissão para dá quaisquer esclarecimentos sobre sua propositura descumprindo assim o que preceitua o § 2º, do artigo 28 do Regimento Interno desta Casa, que diz: “§ 2º. Para elucidação de qualquer matéria sujeita ao seu estudo, as Comissões poderão: 1 - convocar Secretários de Estado e demais autoridades, nos termos da Constituição e deste Regimento:” sendo possível assim durante a tramitação de qualquer propositura o seu esclarecimento, não cabendo aqui então, qualquer desinformação ou falta de esclarecimentos por parte do ilustre Deputado que alegou não ter tido “esclarecimento quanto a adequação dos requisitos...” até porque também a justificativa do Projeto de Lei Complementar conta com 3 (três) páginas, além de conter mais de 13 artigos fora os parágrafos e inciso que são muitos, sobre a finalidade do mesmo e sua aplicação.</p> <p>Diante do exposto peço a Vossas Excelências que Rejeitem Parecer terminativo nº 116/11 da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação ao referido Projeto de Lei Complementar nº 032/2011, visto o mesmo atender todos os requisitos legais e ainda por ser constitucional e para que o mesmo volte a tramitação nesta Casa.</p> <p>Plenário das Deliberações, 16 de novembro de 2011.</p> <p>JAQUES TESTONI Deputado Estadual - PSD</p>		

Eduardo Maciel
Deputado Estadual
PSD

Edson Martins de Paula
Deputado Estadual
Desvaldo Pires
Deputado Estadual - PSD

Ribeiro Araújo
Deputado Estadual

Deputado Estadual
José Euripedes Clemente
"Lebrão"

Deputado Estadual
Livaldo Ribeiro
Deputado Estadual
ALE/RO

Follador
Deputado Estadual
DEM